

## O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA NO DIÁLOGO ENTRE EUCLIDES DA CUNHA E JOSUÉ DE CASTRO<sup>1</sup>

### THE HUMAN RIGHT TO FOOD IN THE DIALOGUE BETWEEN EUCLIDES DA CUNHA AND JOSUÉ DE CASTRO

TAUÃ LIMA VERDAN RANGEL<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente objetiva analisar, a partir de um diálogo das obras de Euclides da Cunha e de Josué de Castro, a temática da fome e seus desdobramentos na construção e no reconhecimento do direito humano à alimentação adequada. Josué de Castro, sobre a fome, especificamente na região nordeste do país, já discorreu que ela não atua apenas sobre os corpos das vítimas da seca, consumindo sua carne, corroendo seus órgãos e abrindo feridas em sua pele, mas também atua sobre seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta moral. Há que se destacar que nenhuma calamidade pode desagregar a personalidade humana tão maciçamente e num sentido tão nocivo quanto à fome, quando alcança os verdadeiros limites da inanição. Sobre a influência da imperiosa necessidade de se alimentar, os instintos primários são despertados e o homem, como qualquer outro animal faminto, demonstra uma conduta mental que pode parecer das mais desconfortantes. Ora, há que reconhecer que o diálogo entre os autores supramencionados, no território nacional, materializou os primeiros debates sobre temática, materializando, posteriormente, marcos de reconhecimento do direito à alimentação, culminando, inclusive, em conjunto com a Cúpula de Roma, na positivação de tal direito no Texto Constitucional, no artigo 6º.

<sup>1</sup> Artigo extraído da Dissertação “A segurança alimentar e nutricional em uma perspectiva regional: Uma análise dos avanços do Banco Municipal de Alimentos “Cecílio Correa Cardoso”, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, como instrumento materializador da SAN e do DHAA”, defendida, em março de 2015, perante o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> Bolsista CAPES. Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (2015-2018). Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense (2013-2015). Especialista em Práticas Processuais Civil, Penal e Trabalhista pelo Centro Universitário São Camilo-ES (2014-2015). E-mail: [taua\\_verdan2@hotmail.com](mailto:taua_verdan2@hotmail.com)

**PALAVRAS-CHAVE:** direito humano à alimentação; Euclides da Cunha; Josué de Castro.

**ABSTRACT:** The purpose of this analysis, from a dialogue of Euclides da Cunha and works of Josué de Castro, the theme of hunger and its consequences in the construction and recognition of the human right to adequate food. Josué de Castro, on hunger, specifically in the northeastern region, already spoke that it not only acts on the bodies of the victims of drought, consuming his flesh, eating away their bodies and open sores on your skin, but also acts on his mind on his mental structure, about their moral conduct. It must be noted that no calamity can disaggregate the human personality so massively and in a sense as harmful as hunger, when it reaches the true limits of starvation. On the influence of the pressing need to feed, the primary instincts are awakened and man, like any other hungry animal, shows a mental conduct that may seem the most discomfoting. Now, it is clear that the dialogue between the aforementioned authors, the national territory, materialized the first discussions on thematic, materializing later recognition marks the right to food, culminating even in conjunction with the Summit of Rome in positivation such law in the Constitutional text, in Article 6.

**KEYWORDS:** human right to food; Euclides da Cunha; Josué de Castro.

### **PRIMEIROS COMENTÁRIOS À ACEPÇÃO DE DESIGUALDADE NA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO**

É necessário reconhecer como árdua tarefa a busca para a compreensão dos pensamentos e discursos edificados acerca da *desigualdade*, em especial no que concerne à procura pela identificação de sua possível formação, considerando-se os aspectos diversificados que influenciaram diretamente para a formação do povo brasileiro. É possível assinalar, conforme Boneti aponta, que “existe uma mistura de imaginário e realidade na construção da noção da desigualdade normalmente envolvendo diferentes conceitos que se entrelaçam, como é o caso do da condição social com o da diferença” (2001, p. 117). Identifica-se, assim, que o tema em debate reúne vertentes heterogêneas, plurais e diversificadas, as quais, conjuntamente, desembocam em um mesmo nascedouro, com o objetivo de apresentar um conceito que abarque a essência da questão. Neste passo, analisar a desigualdade importa em esmiuçar a condição social; examinar a condição social reclama pensar acerca da diferença. Assim,

é possível assinalar que análise repousa em um pensamento voltado para eixos multifacetados, diretamente influenciados pelas intempéries da sociedade e das forças binominais que estabelecem os contornos da coletividade.

Há que se reconhecer que a diferença é alçada corriqueiramente como uma espécie de parâmetro, sendo responsável por estabelecer a determinação da condição, delimitando, desse modo, estratificações bem delineadas e robustamente contornadas. Trata-se, com efeito, de valor compartilhado pelo senso comum e pela academia. Ora, a diferença é capaz de explicitar uma plêiade de valores que escapam do padrão convencional adotado, incidindo sobre uma pluralidade de aspectos, tais como a condição social ou o comportamento, os quais, por seu turno, influenciam a concepção discursiva de sociedade. A diferença, portanto, independente do viés adotado, senso comum ou academia, é encarada a partir de uma perspectiva positiva, ao passo que a noção conceitual de desigualdade aparece sempre caracterizada de conotação negativa.

A característica negativa que recobre a noção da desigualdade tem como ponto de partida os parâmetros estabelecidos para determinar uma condição social descrita como digna para o sujeito social. Assim, a concepção de desigualdade estaria intimamente atrelada a uma condição social descrita como inferior, subordinada a valores dominadores adotados. Com efeito, nesse cenário, o desigual seria o pobre e não o rico, o diferente seria o pobre e não o rico, em que pese o pobre se apresente na maioria. “A diferença entre um e outro sujeito acaba sendo associada, tanto pelo imaginário social quanto pelas instituições públicas, como o *ser* do sujeito em lugar do *estar*” (Boneti, 2011, p. 118). Dessa maneira, deixa de ser uma condição passageira, fugaz ou efêmera, passando a constituir uma condição perene, solidificada, transmudando-se, até mesmo, em uma qualidade ou mesmo em uma racionalidade. É do pressuposto mencionado acima que surge aquilo conhecido como *discriminação*, tal como as consequências sociais produzidas. Segundo Moreno (2009, p. 141), discriminação é a prática de ato de distinção contra pessoa do qual resulta desigualdade ou injustiça, sendo essa distinção baseada no fato de a pessoa pertencer, de fato ou de modo presumido, a determinado grupo. Ora, discriminar é excluir, negar cidadania e,

via de consequência, a própria democracia. Todavia, para que a igualdade seja garantida a todos, não basta apenas a eliminação das diferenças, mas sim a obtenção da igualdade e, para tanto, torna-se necessário identificar as verdadeiras origens da desigualdade.

No culminar do processo, que se origina com a discriminação social, uma categoria determinada de homens passará a ser tratada desigualmente em relação à outra, seja tendo menor acesso de participação política ou de acesso a emprego, seja chegando-se em alguns casos à segregação especial ou à exclusão social, utilizando-se de um discurso de intolerância para a sustentação do emprego de tais mecanismos. Ao lado disso, o discurso adotado pela classe dominante estabelece uma pirâmide, na qual a discriminação e o pensamento legitimador da dominação afloram como aspectos que passam a ser compartilhados pelos indivíduos, revestindo-se de normalidade, em decorrência das variáveis que influenciaram, de maneira determinante, a formação dos grupamentos humanos no território nacional.

A construção social da noção de desigualdade implica, inexoravelmente, em fazer dos iguais os desiguais, eis que a eleição de um aspecto legitimador das diferenciações passa a ser adotado e estabelece de maneira claramente delineada as classes sociais em que os grupamentos sociais passam a ser alocados. Assim, o igual assume uma posição de comando ou, minimamente, de superioridade, em relação ao diferente. Trata-se, com destaque, de uma construção social originada de um processo histórico de dominação. Ora, a edificação do ideário de desigualdade estabelece parâmetros delineados de condição social envolvendo relação de dominação, responsável por alimentar ainda mais a desigualdade. Destarte, “existe uma relação de dominação até mesmo na utilização dos parâmetros para delimitar as condições sociais” (Boneti, 2001, p. 118).

As relações de poder e dominação estão ocultadas por uma aparente *normalidade* do fato de existir desigualdades sociais, estando tal relação binominal absorvida pelo indivíduo social e pelas relações travadas cotidianamente. Ora, a desigualdade social passa a ser revestida, a partir da assimilação do discurso dominante adotado, de inerente desdobramento advindo do modelo econômico adotado, sendo tal fato

considerado como consequência lógica da premissa que alguns dominam enquanto outros são dominados, explorados pela relação de poder existente. Verifica-se, dessa maneira, que a absorção e repetição dos arquétipos iconográficos e ideológicos, impostos pela classe dominante, reveste-se de legitimação, uma vez que a classe dominada passa a reconhecê-los e perpetuá-los, conferindo reconhecimento a relação de exploração estabelecida. Nesta esteira, em que pese o discurso de igualdade formal, acinzelado expressamente na legislação e de importância inquestionável, vivencia-se cotidianamente que a ideologia adotada é reforçada pelas iniquidades de gênero e raça é mais explicitamente percebida, produzindo discrepâncias que redundam em exclusões.

Mais que isso, é plenamente observável o cenário de desigualdades, as quais se desdobram em teia diversificada, compreendendo aspectos sociais, econômicos, regionais, educacionais e etários, bem como incidindo sobre o gênero e a etnia. Reconhece-se, assim, que a herança escravocrata e patriarcal que sedimentou a base da formação da sociedade brasileira foi responsável por estabelecer as dicotomias dualistas, assentadas nas polaridades existentes entre as figuras do dominante e do dominado, substancializadas por meio do binômio: homens e mulheres; brancos e negros; ricos e pobres, mantendo o tratamento desigual. Historicamente, um grupo social, a classe dominante, tem tratamento diferenciado em detrimento do outro, a classe dominada, ecoando, ainda, as diferenças que eram alimentadas e fomentadas durante o período de formação, as quais passaram a impregnar o pensamento da sociedade e são reproduzidas cotidianamente. Há um oferecimento de vantagens desiguais e acesso assimétrico aos serviços públicos, aos postos de trabalho e cargos de chefia, às instâncias de poder e decisão, bem como ao direcionamento das riquezas produzidas no território nacional.

**OS SERTÕES: AS DESIGUALDADES E AS VIOLÊNCIAS  
FORMADORAS DA PAISAGEM SOCIAL BRASILEIRA  
EM UMA PERSPECTIVA DE EUCLIDES DA CUNHA**

É fato que Euclides da Cunha estruturou uma das mais férteis interpretações e análises do Brasil, sendo que a substancialidade de suas reflexões está assentada no mecanismo empregado para ele apreender a complexidade das condições de formação, de sedimentação e de potencialização das desigualdades sociais e da violência no território nacional. A obra *Os Sertões*, publicada em 1902, materializou um marco do processo de construção da sociologia no Brasil, delineando um painel sobre os efeitos da miserabilidade e da violência na formação do homem brasileiro. É possível, dessa maneira, afirmar que a obra em comento reúne uma pluralidade de elementos, alicerçando-se em um constructo literário híbrido, algo que parece formar uma imagem de uma crise imensa, na qual está mergulhado o país, visto como uma quimera monstruosa e desequilibrada, delirando entre a razão modernizante do Estado e o desatino desvairado, entre a obrigação civil e militar do esmagamento de Canudos e a denúncia ética do procedimento empregado. “É uma espécie de retrato espetacular do Brasil, naquele momento e naquelas condições, embora a pretensão euclidiana seja mais universalizante e temporalmente abrangente, referida a uma suposta ‘luta de classe’” (Facioli, 2008, p. 112), culminando no esmagamento inexorável da raça mais fraca pela raça mais forte.

Consoante Euclides da Cunha aponta, a simbiose propiciada pela escravidão e pela ação exploratória do ouro teria permitido a penetração na organização social nacional a mais acentuada violência, culminando com o resultado da potencialização da exclusão e da desigualdade. Nesta linha, cuida reconhecer que a extração do ouro era comandada pelo Estado colonial que monopolizava todos os poderes para destruição a massa populacional colonizada, caso não se submetesse às ordens da Coroa portuguesa. “A exploração, o chicote e a matança tornam-se os pilares de uma colonização destruidora da economia, da política e da sociedade como um todo” (Rezende, s.d., p. 4).

Quando, mais tarde, maior cópia de documentos permitir a reconstrução da vida colonial, do século XVII ao fim do XVIII, é possível que o último, de todo olvidado ainda, avulte com o destaque que merece na formação da nossa gente. Bravo e destemeroso como o primeiro, resignado e tenaz como o segundo, tinha a vantagem de um atributo supletivo que faltou a ambos – a fixação ao solo. As bandeiras, sob os dois aspectos que mostram, já destacados, já confundidos, investindo com a terra ou com o homem, buscando o ouro ou o escravo, desvendavam desmedidas paragens, que não povoavam e deixavam porventura mais desertas, passando rápidas sobre as “malocas” e as “catas”. A sua história, às vezes inextricável com os dizeres adrede obscuros dos roteiros, traduz a sucessão e enlace destes estímulos únicos, revezando-se quer consoante a índole dos aventureiros, quer de acordo com a maior ou menor praticabilidade das empresas planeadas. E neste permanente oscilar entre aqueles dois desígnios, a sua função realmente útil, no desvendar o desconhecido, repontava como incidente obrigado, consequência inevitável em que se não cuidava (Cunha, 2002, p. 66-67).

Em alinhio ao discurso euclidiano, a sociedade brasileira teria sua formação assentada na exclusão e na violência de seus elementos principais, porquanto a colonização desenvolvida se pautava na monocultura de cana-de-açúcar e no trabalho escravo, alimentando, assim, uma organização social brutalizada por uma vivência caracterizada por atrozes ataques à terra e ao homem. O ciclo econômico desenvolvido subsequentemente potencializou e interiorizou as relações sociais e políticas robustamente violentas e pautadas na exclusão das classes dominadas. “A viabilização da mineração legal potencializou o surgimento de agrupamentos incaracterísticos que não se amalgamavam e, portanto, dificultavam a formação de uma identidade cultural” (Rezende, 2008, p. 77). Verifica-se, dessa maneira, que o agir violento iniciado pela Coroa Portuguesa torna-se a base essencial da atuação do Estado, permanecendo, posteriormente, com a independência e durante a República, não sendo identificado qualquer empenho para uma modificação, com o escopo de operar uma democratização.

É denotável, ainda, segundo Euclides da Cunha (2002), que ocorreram, em múltiplos momentos, manifestações que objetivavam reverter as condições de exclusão e de violência, sendo, porém, massacrados intermitentemente. Ora, em que pesem as

obras de Euclides da Cunha remontarem ao início do século XX, é plenamente tangível o discurso voltado para a dívida de quatrocentos anos, nutrida pelo país, em relação à população, eis que, durante o transcurso do tempo, não foi identificado qualquer empenho dos setores preponderantes em reverter as condições de desigualdade de exclusão e violência. Ao lado disso, a violência era dotada de caráter social, porquanto a vivência dos indivíduos estava marcada por relações assentada no extremo desprezo pela vida humana; de caráter político, porquanto as instituições políticas estavam fundadas na opressão; e de caráter econômico, já que a sedimentação de situações fomentadoras da desigualdade e da exploração por meio do chicote e da matança, a exemplo do que ocorreu nas minas na extração do ouro.

É observável, dessa maneira, que a desigualdade entre a classe dominante e a dominada, tal como a violência eram responsáveis por estabelecer os contornos caracterizadores da organização social, que se instalara no território nacional, desde o descobrimento, em 1500. “O grande desafio para o país seria encontrar formas de rompimento com os vícios sociais e políticos oriundos dessas condições” (Rezende, s.d., p. 5). Nessa linha, é possível, a partir da discrição ofertada pelo discurso euclidiano acerca do sertanejo, perceber a flagrante desigualdade social existente, fomentada, sobretudo, pelo achatamento das classes sociais mais pobres, materializada sobremaneira pela violência dispensada no tratamento de afirmação do Estado.

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasimodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gigante e sinuoso, aparenta a translação dos membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofreia o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. E se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado



sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável. É o homem permanentemente fatigado. Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude. Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combalida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrigem-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréu canhestro, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente da força e agilidade extraordinárias (Cunha, 2002, p. 77).

Verifica-se, ainda, que o discurso de Euclides da Cunha estava direcionado em buscar a origem das atitudes, tanto dos dirigentes como da população em geral, que obstavam na constituição de um processo voltado para a reversão da maciça exclusão social. No tocante aos setores dirigentes, observava-se a solidificação de comportamentos delineados pelo autoritarismo e pela conciliação. “É interessante observar que Euclides da Cunha via esse modo de desenlace do processo social e político como o único caminho possível” (Rezende, 2002, p. 191). No que concerne aos setores dirigentes visualizava-se a cristalização de comportamentos marcados pelo autoritarismo e pela conciliação; já no que tange à população em geral, constata-se uma fragilidade constituída pelos reveses de uma existência assentada na miserabilidade e na violência que obstavam as possibilidades de ela se constituir em forças sociais capazes de provocar as mudanças substanciais.

Cuida salientar que o cenário entre as dualidades caracterizadoras da relação entre a classe dominante e a dominada ocorreram rebeliões desta população miserável e abandonada à própria sorte. “A ideia de Euclides não era a de acobertar o sertanejo, nem de defendê-lo, como o senso comum parece acreditar” (Souza, 2007, p. 181). O movimento de Canudos (1896-1897), retratado em *Os Sertões*, teria sido um desses movimentos que revelava o abandono em que vivia uma parcela significativa da população brasileira, achatada pela classe dominante, sem perspectivas além da recorrente exploração. Mais que isso, a vigência de uma ordem desigual e excludente

era colocada de maneira clara no cenário nacional. Assim, “a reação dos governantes e dos habitantes das maiores cidades, de modo geral, foi de uma ira incomensurável no sentido de exigir a extermínio total e absoluta da luta desencadeada por Antônio Conselheiro e de seus seguidores nos sertões da Bahia” (Rezende, s. d., p. 6).



**Figura 1** - *Enterro na rede* – Série Retirantes (1944) de Cândido Portinari. Fonte: Museu de Arte de São Paulo. Disponível em: <<http://masp.art.br>>. Acesso em 04 out. 2015.

É necessário assinalar, contudo, que, dentre os estruturadores da sociologia brasileira, Euclides da Cunha se destaca pela confiança depositada nas possibilidades de modificações sociais, capazes de reverterem o quadro de desigualdade e violência. Alinhado ao discurso euclidiano, as singularidades da formação brasileira teria constituído uma espécie de brasileiro forte, a saber: os sertanejos, que seria capaz de resistir a todas as adversidades, opressões e pobreza. Ora, é justamente a resistência caracterizadora que impulsionaria às lutas para subverter as condições de desigualdade e violência. “Essa ausência de civilização teria sido, também, um dos motivos pelos quais o sertanejo conseguiu resistir a três expedições do exército republicano” (Souza;

Galvão, 2007, p. 181), já que no ambiente em que se desenrolou a guerra de Canudos, que exige dos homens vigor físico e ligeireza de movimentos, mas não reclama aptidões intelectuais, o mais adaptado é o sertanejo, e não o civilizado. Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha descreve que, mesmo diante de todos os reveses produzidos pela guerra e pelo massacre, os sertanejos permaneciam calados, estoicos, inquebráveis. Tratava-se de uma resistência ímpar fundada na singularidade de um tipo de existência social.

**GEOGRAFIA DA FOME: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO SERTANEJO  
NORDESTINO E DO REGIME ALIMENTAR DOS RETIRANTES  
APRESENTADOS POR JOSUÉ DE CASTRO**

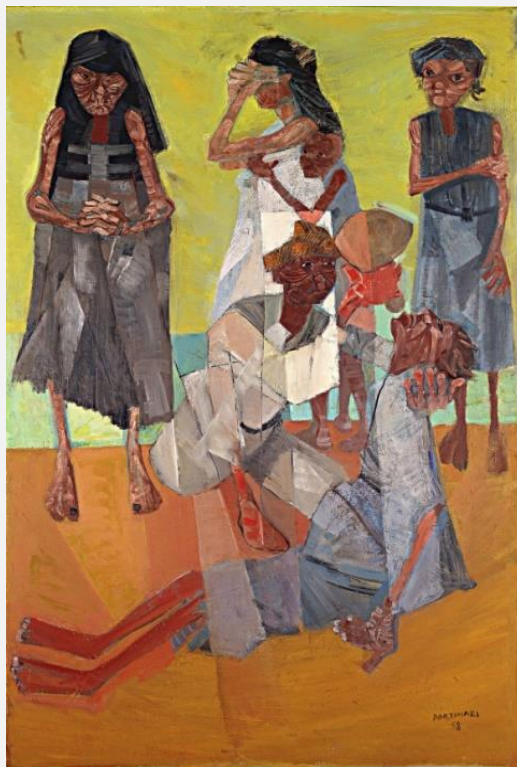
Se a obra de Euclides da Cunha apresenta um robusto substrato sobre a questão social envolvendo a população nordestina, notadamente os sertanejos, Josué de Castro (2003), por sua vez, vai voltar-se sobre a fome, no que toca à região do sertão nordestino, discorrendo que ela não atua apenas sobre os corpos das vítimas da seca, consumindo sua carne, corroendo seus órgãos e abrindo feridas em sua pele, mas também atua sobre seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta moral. Mais que isso, há que se destacar que nenhuma calamidade pode desagregar a personalidade humana tão maciçamente e num sentido tão nocivo quanto à fome, quando alcança os verdadeiros limites da inanição. Sobre a influência da imperiosa necessidade de se alimentar, os instintos primários são despertados e o homem, como qualquer outro animal faminto, demonstra uma conduta mental que pode parecer das mais desconfortantes. Josué de Castro explicita, ainda, que:

A ação da fome, no homem, não se manifesta como uma sensação contínua, mas como um fenômeno intermitente, com acessos e melhorias periódicas. No começo, a fome provoca uma excitação nervosa anormal, uma extrema irritabilidade e, principalmente, uma exaltação dos sentidos que se animam num elã de sensibilidade ao serviço quase exclusivo das atividades que permitem obter alimentos e, portanto, satisfazer o instinto mortificado da fome. Entre os sentidos, os que sofrem o máximo de excitação são o da visão e do olfato, os que podem melhor orientar o faminto na procura de alimentos. Neste momento, o homem se apresenta, mais do que nunca, como um verdadeiro animal de rapina, obstinado na procura

de uma presa qualquer para acalmar sua fome [...] É a obsessão do espírito polarizado para um único desejo, concentrado em uma única aspiração: comer (Castro, 2003, p. 79-80).

Seguindo o exame de o regime alimentar identificado por Josué de Castro, no sertão do nordeste, o autor, na obra *Geografia da Fome*, inicia suas ponderações fazendo menção às epidemias calamitosas da fome, típicas de tal região, e que não estão limitadas aos aspectos discretos e toleráveis das fomes parciais, das carências específicas, encontradas em outras áreas do território nacional. “São epidemias de fome global quantitativa e qualitativa, alcançando com incrível violência os limites extremos da desnutrição e da inanição aguda e atingindo indistintamente a todos, ricos e pobres, fazendeiros abastados e trabalhadores do eito, homens, mulheres e crianças” (Castro, 1984, p. 165). Na região do sertão nordestino, neste primeiro contato, a fome epidêmica é um açoite impiedoso que a todos afeta, em decorrência do terrível flagelo da seca. Neste aspecto, as obras “Retirante Morrendo” (Figura 2) e “O Perna-de-Pau e sua senhora” (Figura 3), ambos de Cândido Portinari, retratam as típicas cenas de êxodo do sertão nordestino.

É interessante, ainda, pontuar que Josué de Castro, ao estruturar seus estudos, irá afirmar que a população do sertão tem seu regime alimentar alicerçado no milho. “Do milho associado a outros produtos regionais, em combinação as mais das vezes felizes, permitindo que, fora das quadras dolorosas das secas, viva esta gente em perfeito equilíbrio alimentar, num estado de nutrição bastante satisfatório” (Castro, 1984, p. 165); já no período das epidemias da fome, o milho se apresenta como fonte de energia e vigor imprescindível para a sobrevivência do estalar do açoite da calamidade, evitando, comumente, o aumento do despovoamento da região. Ao lado disso, cuida reconhecer que as secas periódicas atuam como elemento de desorganização da economia primária da região, extinguindo as fontes naturais de vida, crestando as paisagens, arrasando as lavouras e dizimando o gado, reduzindo o sertão a uma paisagem desértica, com seus habitantes sempre desprovidos de reservas, morrendo à mingua de água e de alimentos. “Morrendo de fome aguda ou escapando esfomeados, aos magotes, para outras zonas, fugindo atemorizados à morte que os dizimaria de vez na terra devastada” (Castro, 1984, p. 166-167).



**Figura 2** - *Retirante morrendo* (1958) de Cândido Portinari. Fonte: Projeto Portinari.



**Figura 3** - *O Perna-de-Pau e sua senhora* (1958) de Cândido Portinari. Fonte: Projeto Portinari.

Com efeito, a Geografia da Fome retrata um cenário no qual a paisagem natural do sertão nordestino, desde a topografia, as características do solo, a fisionomia vegetal, a fauna, a economia e a vida social daquela, tudo traz marcado, com uma nitidez inconfundível, a influencia da falta d'água, da inconstância da água na região semidesértica. Castro vai explicitar que “o solo arenoso, pouco espesso, quase sempre pobre em elementos nutritivos e ricos em seixos rolados, é um produto dos extremos climáticos, dos largos períodos de exagerada insolação e dos aguaceiros intempestivos, desagregando as rochas areníticas e acelerando todos os processos de demolição que nelas se realizam” (1984, p. 167). Comumente, os terrenos desnudados em certos trechos, quase sem nenhuma cobertura de solo arável recobrando o esqueleto das rochas vivas, que afloram em brancos serrotes escarpados, são manifestações ofuscantes da terrível capacidade do clima: “capacidade de roer as terras do sertão

nordestino, deixando expostos os núcleos mais duros do seu esqueleto de granito e de calcário” (Castro, 1984, p. 167).

Apresentada a moldura cênica em que o sertanejo encontra-se inserido, faz-se necessário rumar para o regime alimentar de tal região. Imediatamente, é oportuno consignar que Josué de Castro, ao descrever tal figura, aponta que o sertanejo é um plantador de produtos de sustentação para seu próprio consumo. “Um semeador, em pequena escala, de milho, feijão, fava, mandioca, batata-doce, abóbora e maxixe, plantados nos vales mais sumosos, nos baixios, nos terrenos de vazante, como culturas de hortas e jardins” (Castro, 1984, p. 180). Trata-se da típica *roça de matuto* e que, na limitação e singularidade do cenário em que o sertanejo encontra-se inserido, veio a constituir um peculiar elemento de valorização das condições de vida regional e, nos limites permitidos, a diversificação do regime alimentar do sertanejo. Neste quadrante, as características da alimentação sertaneja, um tanto magra e despida de qualquer excesso de tempero, encontra harmonia com os traços naturais da terra magra dos sertões nordestinos. “Tanto pela influência do clima semi-árido (sic), a que está submetido, como pelo laborioso gênero de vida que exerce, necessita o sertanejo retirar de sua dieta um potencial energético mais alto do que o suficiente para o habitante de qualquer outra área equatário-tropical” (Castro, 1984, p. 191). Ao lado disso, há que se reconhecer que a ação do clima semidesértico incide diretamente sobre o sertanejo e se faz sentir pelas características estimulantes do ar seco, pela baixa taxa de umidade relativa que condiciona, claramente, uma perda fácil de calor e, conseqüentemente, um estímulo às queimas orgânicas que regulam a intensidade do metabolismo.

No que toca ao seu regime alimentar, conquanto aparentemente pouco abundante, cuida reconhecer que há um potencial energético, em especial, segundo Castro (1984), devido às porções de milho, de batata-doce e de leite que são inseridas na dieta alimentar do sertanejo. “É bem verdade que nem sempre obtêm estes ascéticos vaqueiros um tal teor calórico em sua ração e mais raramente ainda dispõem de um excesso de energia alimentar que se possa acumular sob a forma de reserva de depósito de gordura de glicogênio” (Castro, 1984, p. 194) e que, obviamente, seria de inestimável valor no período de seca. Com efeito, ainda na perspectiva apresentada em Geografia da

Fome, é esta parcimônia calórica, sem margens a exageros, que faz do sertanejo um tipo magro e anguloso, de carnes enxutas, sem arredondamentos de tecidos adiposos e sem nenhuma predisposição ao artrismo, à obesidade ao diabetes. Trata-se do *atleta fisiológico* descrito por Castro (1984), com o seu sistema neuromuscular equilibrado, dotado de grande força e agilidade e com excepcional resistência, nos momentos oportunos.

Ainda no que toca à dieta alimentar verificada nos comboios de retirantes, que em uma tentativa desesperada de fugir do açoite da seca e da fome que estala em seus corpos, Castro vai descrever que eles são forçados a ingerir substâncias bem pouco propícias à alimentação, das quais os habitantes de outras zonas do país sequer ouviram falar que fossem alimentos. “Substâncias de sabor estranho, algumas tóxicas, outras irritantes, poucas possuindo qualidades outras além da de enganar por mais algumas horas a fome devoradora, enchendo o saco do estômago com um pouco de celulose” (Castro, 1984, p. 211). Mais que isso, esgotados os recursos naturais de alimentação, tocados pela fome, os famintos do sertão nordestino, em uma tentativa excruciante de aplacar o flagelo que os açoita, se atiram aos últimos recursos vegetais, comumente impróprios à alimentação, ricos apenas em celulose, mesmo que sejam tóxicos, a exemplo de mucunã e de macambira. Nesta linha, do cardápio extravagante do sertão faminto fazem parte uma série de iguarias bárbaras, tais como: farinha de macambira, de xique-xique, de parreira brava, de macaúba e de mucunã; palmito de carnaúba nova, chamado de guandu; raízes de umbuzeiro, de manjerioba, de mucunã; beijus de catolé, de gravatá e de macambira mansa (Castro, 1984).

Quando o sertanejo utiliza tão extravagante cardápio é que o martírio da seca já vai longe e que sua miséria já atingiu os limites de sua resistência orgânica. Trata-se da última etapa de sua permanência na terra desolada, antes de se fazer retirante e descer aos magotes, em busca doutras terras menos castigadas pela inclemência do clima. Ora, esgotadas as suas esperanças e reservas alimentares de toda espécie, iniciam os sertanejos o êxodo, despejados do sertão pelo flagelo implacável. Sem água e sem alimentos, tem início a terrível retirada, encontrando-se pelas estradas poeirentas e

pedregosas as intermináveis filas de retirantes, como se fossem uma centopeia humana. Homens, mulheres e crianças, todos esqueléticos, deformados pelas perturbações tróficas, com a pele enegrecida colada às longas ossaturas, desfibrados e fétidos pelo efeito da autofagia. São sombrias caravanas de espectros esqueléticos, esmaecidos, caminhado centenas de léguas em busca das serras e dos brejos, das terras de promessa. “Com os seus alforjes quase vazios, contendo quando muito um punhado de farinha, um pedaço de rapadura; a rede e a filharada miúda grupada às costas, o sertanejo dispara através da vastidão dos tabuleiros e chapadões descampados, disposto a todos os martírios” (Castro, 1984, p. 218). Sem recursos de nenhuma espécie, atravessando zonas de penúria absoluta, gastando na farpada trilha o resto de suas energias comburidas, os retirantes acentuam no seu êxodo as consequências terríveis da fome. Vê-los é ver, em todas as suas ferinas manifestações, o drama fisiológico da inanição.

Pontualmente, ao discorrer sobre os tipos raquíticos do sertão nordestino, Josué de Castro (1984) afirma que tal nomenclatura é equivocada, porquanto tais figuras “são tipos enfezados, subnutridos, carenciados de outros muitos elementos nutritivos, e que não se puderam desenvolver normalmente, acoitados pelo bombardeio das fomes muito seguidas, naquelas fases em que as secas se amiúdam além de certos limites” (1984, p. 201-202). Com efeito, os “filhos da seca”, na perspectiva de Castro, que aparecem com um signo da fatalidade em inúmeras famílias sertanejas, são esfomeados e carenciados de toda espécie de nutrientes. Nesta linha, é oportuno, mais uma vez, ilustrar as figuras esqueléticas descritas por Josué de Castro com as obras de Cândido Portinari que retratam crianças maltrapilhas e com ventre inchado, em decorrência da carência de nutrientes, com feição esquelética e com olhar esfomeado, em busca de alimento, a exemplo das Figuras 4 e 5. “Muitas destas crianças ficam marcadas a vida toda com suas estaturas mirradas pelo nanismo alimentar, com suas deformações das osteopatias da fome de suas endocrinopatias carenciais, manchando e afeando o conjunto de homens que constitui a raça sertaneja” (Castro, 1984, p. 220). Já a Figura 6, “Grávida retirante”, ambas de Cândido Portinari, traz à tona figura feminina



desnutrida, carregando criança esquelética e que retrata a típica situação encontrada nos retirantes do sertão retratado por Castro.



**Figura 4** - *Menino* (1944) de Cândido Portinari. Fonte: Projeto Portinari.



**Figura 5** - *Menino com arapuca* (1945) de Cândido Portinari. Fonte: Projeto Portinari.



**Figura 6** - *Grávida retirante* (1945) de Cândido Portinari. Fonte: Projeto Portinari.

Além da parada do crescimento nas crianças, as carências proteicas se manifestam em larga escala pelos edemas de fome e outros distúrbios tróficos. “Os edemas, sejam discretos, sejam generalizados em disformes anasarcas, constituem um dos sinais mais constantes, com maior frequência, referido em todos os relatos sobre as secas do Nordeste” (Castro, 1984, p. 220). Nos comboios de retirantes, são encontradas sempre as figuras grotescas de famintos, com as suas pernas de graveto, carregando proeminentes ventres estufados pela hidropisia, dando, ironicamente, a impressão de plenitude e de saciedade. As síndromes diarreicas, abordadas em Geografia da Fome,

são associadas ao edema como expressão de carência, constituindo fenômenos de graves consequências, aniquilando, vez por outra, com a resistência física e moral dos flagelados, dificultando, em extremo, a higiene coletiva dos campos de concentração, nos quais é agrupada, pelos poderes públicos, a grande massa de retirantes. Tal cenário facilita o contágio e desenvolvimento de grandes epidemias de disenteria e de febre tifoide, capazes de dizimar milhares de indivíduos.

### **O RECONHECIMENTO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA A PARTIR DA CONFLUÊNCIA ENTRE OS DISCURSOS DE EUCLIDES DA CUNHA E DE JOSUÉ DE CASTRO**

Analisado, ainda que superficialmente, a figura do sertanejo, apresentado por Euclides da Cunha, e o regime alimentar dos retirantes, por Josué de Castro, faz-se necessário aprofundar, com um pouco mais de dedicação, a questão da fome, sobretudo no que atina à edificação, a partir da crítica de tal temática do reconhecimento e consolidação do direito humano à alimentação adequada. Inexoravelmente, a questão da fome fundamenta-se em conceitos de incidência específicos, desdobrados na *fome aguda* e na *fome crônica*. A primeira equivale à urgência de se alimentar, a um grande apetite, e não é relevante para a discussão proposta no presente. Doutro aspecto, a fome crônica, permanente, a que subsidiará a pesquisa apresentada, ocorre quando a alimentação diária, habitual, não propicia ao indivíduo energia suficiente para a manutenção do seu organismo e para o desempenho de suas atividades cotidianas. Já no que se toca à fome crônica e permanente, cuida reconhecer que essa é capaz de provocar um sofrimento agudo e lancinante no corpo, produzindo letargia e debilitando, gradualmente, as capacidades mentais e motoras. Trata-se da marginalização social, perda da autonomia econômica e, evidentemente, desemprego crônico pela incapacidade de executar um trabalho regular. Inevitavelmente, conduz à morte.

O fortalecimento da discussão acerca da *fome* teve suas bases nas denúncias apresentadas por Josué de Castro, o “sociólogo da fome”, porquanto localiza a temática como flagelo fabricado por homens contra outros homens. “Na realidade, a fome

coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta” (Castro, 1984, p. 48). Neste aspecto, há que se reconhecer que, quando Josué de Castro investigou o tema, na década de 1940, o discurso sobre a fome apresentava como principal causa a falta de alimentos, sobretudo nos países que haviam perdido a Segunda Guerra Mundial, conforme Hirai (2011). No território nacional, admitia-se a fome como um problema do meio ambiente, da raça, da indolência da população. Nascimento (2012, p. 51), sobre o tema, explicita que há muito tempo a fome, a desnutrição e o desabastecimento são percebidos como problemas de ordem, sobretudo, política e não apenas econômica ou nutricional.

Assim, a fome é fruto das escolhas de desenvolvimento às quais está subordinada a sociedade brasileira, tendo como causa as escolhas políticas, é o resultado das macrodecisões sociais e econômicas que compreendem o destino alimentar milhões de brasileiros. Ao lado disso, muitas das escolhas sociopolíticas são traduzidas em políticas públicas, fomentando o aumento das desigualdades sociais e, por vezes, da pobreza e da desnutrição. Josué de Castro apresenta o atual conceito de fome, não apenas visto como fenômeno puramente médico ou biológico, mas também histórico-social e político. A concepção de fome, ainda na visão de Josué de Castro, passa a ser também um caráter crítico, como resultado direto do processo de desenvolvimento do sistema capitalista.

A ação da fome, no homem, não se manifesta como uma sensação contínua, mas como um fenômeno intermitente, com acessos e melhorias periódicas. No começo, a fome provoca uma excitação nervosa anormal, uma extrema irritabilidade e, principalmente, uma exaltação dos sentidos que se animam num elã de sensibilidade ao serviço quase exclusivo das atividades que permitem obter alimentos e, portanto, satisfazer o instinto mortificado da fome. Entre os sentidos, os que sofrem o máximo de excitação são o da visão e do olfato, os que podem melhor orientar o faminto na procura de alimentos. Neste momento, o homem se apresenta, mais do que nunca, como um verdadeiro animal de rapina, obstinado na procura de uma presa qualquer para acalmar sua fome. [...] É a obsessão do espírito polarizado para um único desejo, concentrado em uma única aspiração: comer (Castro, 2003, p. 79-80).

Tânia Elias Magno da Silva (2009, p. 52) pontua que a fome emoldura um dos retratos mais cruéis da intolerância, sobretudo aquela que perdura nos tempos de abundância e decorre do desperdício, da ganância que grassa nos nichos de riqueza, aquela que mata lentamente, que age em surdina resultante da subalimentação. É uma fome matreira que engana os famintos, os quais pensam que estão se alimentando porque comem, ou melhor, enchem os estômagos, conduzindo, inadvertidamente, a uma morte lenta, perversa, silenciosa, incapaz de incomodar, porquanto passa despercebida, mascarada por outra questão. A fome, em tal cenário, é traduzida de logo pela magreza aterradora, exibindo todos fáceis chupados, secos, mirrados, com os olhos embutidos dentro de órbitas fundas, as bochechas sumidas e as ossaturas desenhadas em alto-relevo por baixo da pele adelgada e enegrecida (Castro, 1984). É essa a fome, com a devida licença científica que o tema reclama, retratada no quadro “Criança Morta”, da série “Retirantes”, de Cândido Portinari, atingindo, de sobressalto, o filho do retirante, pois, segundo Pompeu Sobrinho (1982, p. 8), quando o sertanejo consegue escapar precariamente da seca, migrando para os centros urbanos mais desenvolvidos, tem sua família reduzida, com a morte de seus filhos, em razão da precariedade das condições de retirada, dentre as quais a fome matreira e silenciosa.

Nascimento (2012, p. 51-52) destaca que o fenômeno não é mais do que a mais trágica expressão do desenvolvimento dos países mais ricos que se sustentam na exploração de países mais pobres, provocando-lhes não apenas a fome quantitativa, aguda ou manifesta, mas também a fome qualitativa ou oculta. A fome aguda, também denominada de total, global ou quantitativa, seria aquela menos comum e mais de ser verificada. Com efeito, faz referência à verdadeira inanição, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais. Já a outra espécie de fome, denominada de fome crônica, também nomeada de parcial, qualitativa ou latente, materializa um fenômeno mais frequente e mais grave. A falta contínua de determinados elementos nutritivos, nos regimes alimentares habituais dos povos subdesenvolvidos, e até de uma pequena parcela dos desenvolvidos, provoca a morte lenta de vários grupos humanos no planeta, apesar de comerem todos os dias. Josué de Castro já explicitou que “é essa fome de grande parte de nossa população que uma pequena maioria dominante não

quer ver. A pequena maioria que come bem, até demais, e para quem o uso das imagens alimentares da gíria nacional não tem provavelmente sabor nem sentido” (Castro, 1984, p. 308).



**Figura 7** - *Criança morta* – Série “Retirantes” (1944) de Cândido Portinari. Fonte: Projeto Portinari. Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/>>. Acesso em 04 out. 2015.

A fome crônica é mais perversa que a forma global, determinada pela incapacidade de alimentação diária em fornecer um total calórico correspondente ao gasto energético realizado pelo trabalho do organismo, porquanto atua de maneira sorrateira, sem que a população afetada perceba seu malefício. Ela é caracterizada pela ausência ou presença em quantidades exageradas de certas substâncias alimentares, a exemplo de sais minerais, as vitaminas, as proteínas e as gorduras. a mencionada espécie de fome decorre de uma má alimentação, representando o aspecto qualitativo

da questão, sendo que justamente nesse aspecto das fomes parciais, em sua infinita variedade. Nascimento descreve “essa fome [...] é fruto da nossa própria civilização que, através dos tempos, sacrificou pouco a pouco a variedade pela quantidade, restringindo o abastecimento regular das coletividades às substâncias de maior rendimento alimentar e de produção e conservação relativamente mais fáceis” (Nascimento, 2012, p. 52). Josué de Castro, ao abordar a peculiaridade da região nordeste do Brasil, explicita que:

De que morre tanta gente no Nordeste? Morre-se de tudo, mas principalmente de fome. É a fome em seus variados e múltiplos disfarces, o mais ativo dos cavaleiros do Apocalipse que arrasa as populações nordestinas. Em sua faina destruidora, a fome mata como doença — como a mais grave e generalizada das doenças de massa das regiões subdesenvolvidas — e como fator preparatório do terreno para a ação nefasta de outras doenças. Principalmente das doenças infectuosas, parasitárias, que atuam endemicamente nessas áreas, em combinação com a fome, tendo a mesma preparado o terreno para a sua ação deletéria. Não encontramos em toda a área do Nordeste um só e mesmo tipo de fome dizimando as suas populações! Enquanto na área do Nordeste açucareiro, grassa um tipo de fome crônica e endêmica, o que nós encontramos no sertão são as epidemias de fome aguda, que aparecem nos períodos de seca. Mas, para que se compreenda bem como se instalou no Nordeste o reino da fome, como essas diferentes manifestações da doença se apresentam nas duas áreas nordestinas, é preciso que se conheça melhor a estrutura econômico-social destas áreas, determinante, em última análise, deste estado de fome (Castro, 1967, p. 42).

Acena Irio Luiz Conti (2009, p. 15), ainda, que a fome é conceituada como um conjunto de sensações advindo da privação dos nutrientes que incitam a pessoa a procurar os alimentos e que cessam com sua gestão. Tal sensação deriva de quando as pessoas não conseguem obter alimentação diária em quantidade e qualidade suficientes para suprir as necessidades de energia exigidas para a manutenção de seu organismo, considerando, para tanto, as atividades físicas desempenhadas. A fome, em casos extremos, é denominada de miséria e penúria. Castro aponta que “as populações cronicamente famintas [...] constituem centros de agitação social contínua e de explosões desordenadas de revolta improdutivas, de verdadeiras crises de nervos de populações neurastênicas e carentes de vitaminas” (Castro, 2003, p. 83). Neste cenário, ainda, é possível evidenciar que a desnutrição decorre da inadequação alimentar, tanto

nos aspectos quantitativos (energéticos) quanto qualitativos (nutrientes). Trata-se de insuficiência de nutrientes para alimentar o corpo humano adequadamente, estando, pois, associada às situações de fome. Castro (1967, p. 51), ao discorrer sobre a desnutrição do povo nordestino, afirma que a primeira manifestação da fome naquela região é a deficiência ou insuficiência calórica, sendo responsável, em grande parte, pela reduzida capacidade produtiva da população e, em razão disso, a sua limitada capacidade produtiva. Tal fato advém da premissa que a população afetada tende a se cansar ao menor esforço e não sendo capaz de acompanhar o ritmo de trabalho operário de outras regiões, de melhor tipo de alimentação, do sul do país, ou mesmo dos habitantes da zona do sertão.

Ao lado disso, conceito que anda a reboque da temática da fome é a insegurança alimentar (IA), comumente classificada em três patamares, a saber: leve, moderada e grave. A insegurança alimentar descrita como leve é caracterizada pela preocupação da família em obter alimentos para o futuro, ao passo que “a insegurança alimentar moderada se mostra à medida que uma família precisa ir reduzindo a quantidade e a variedade de alimentos para que estes não venham a faltar antes da aquisição ou da recepção de uma nova cesta de alimentos” (Conti, 2009, p. 15), o que pode ocorrer com a recepção do salário ou de política pública de distribuição de renda. A insegurança alimentar grave, nesta perspectiva, ocorre quando o indivíduo ou sua família passam fome. Todo indivíduo que sobrevive com menos de US\$1,0 (um dólar) por dia é considerado em estado de insegurança alimentar grave. Verifica-se que a fome subsistente no Brasil é, em sua essência, decorrente da falta de disponibilidade de alimentos. Nascimento (2012, p. 53), nesta perspectiva, afirma que o país produz mais do que necessário para atender às carências alimentares de sua população. O problema evidenciado não está assentado no abastecimento, mas sim na má distribuição daquilo que é produzido.

Há que se reconhecer que, intimamente, vinculado à questão da segurança alimentar e nutricional está o direito humano à alimentação adequada, materializado em três âmbitos: disponibilidade do alimento, acessibilidade alimentar e alimento

adequado. No que concerne à *disponibilidade do alimento*, cuida destacar que, quando requisitado por uma parte, a alimentação deve ser obtida dos recursos naturais, ou seja, mediante a produção de alimentos, o cultivo da terra e pecuária, ou por outra forma de obter alimentos, a exemplo da pesca, caça ou coleta. Além disso, o alimento deve estar disponível para comercialização em mercados e lojas. A *acessibilidade alimentar*, por seu turno, traduz-se na possibilidade de obtenção por meio do acesso econômico e físico aos alimentos. “La accesibilidad económica significa que los alimentos deben estar al alcance de las personas desde el punto de vista económico” (Organização das Nações Unidas, s.d., p. 3)<sup>3</sup>. Ainda no que concerne à acessibilidade, as pessoas devem ser capazes de adquirir o alimento para estruturar uma dieta adequada, sem que haja comprometimento das demais necessidades básicas. Neste aspecto, ainda, a acessibilidade física materializa-se pela imperiosidade dos alimentos serem acessíveis a todos, incluindo indivíduos fisicamente vulneráveis, como crianças, enfermos, deficientes e pessoas idosas.

A acessibilidade do alimento estabelece que deve ser assegurado a pessoas que estão em ares remotas e vítimas de conflitos armados ou desastres naturais, tal como a população encarcerada. Renato Sérgio Maluf, ao apresentar sua conceituação sobre segurança alimentar (SA), de maneira expressa, faz menção ao fato de que se deve considerar aquela como “condições de acesso suficiente, regular e a baixo custo a alimentos básicos de qualidade. Mais que um conjunto de políticas compensatórias, trata-se de um objetivo estratégico [...] voltado a reduzir o peso dos gastos com alimentação” (Maluf, 1999, p. 61), em sede de despesas familiares. O *alimento adequado* pressupõe que a oferta de alimentos deve atender às necessidades alimentares, considerando a idade do indivíduo, suas condições de vida, saúde, ocupação, gênero etc. “Los alimentos deben ser seguros para el consumo humano y estar libres de sustancias nocivas, como los contaminantes de los procesos industriales o agrícolas, incluidos los residuos de los plaguicidas, las hormonas o las drogas

---

<sup>3</sup> Acessibilidade significa que os alimentos devem estar disponíveis para as pessoas do ponto de vista econômico (tradução-nossa).



veterinárias” (Organização das Nações Unidas, s.d., p. 4)<sup>4</sup>. Um alimento adequado, ainda, deve ser culturalmente aceitável pela população que o consumirá, inserido em um contexto de formação do indivíduo, não contrariando os aspectos inerentes à formação daquela.

### **CONCLUSÃO: CONFLUÊNCIAS ENTRE AS OBRAS DE EUCLIDES DA CUNHA E JOSUÉ DE CASTRO**

Cuida reconhecer que as obras de Euclides da Cunha, em especial ao descrever a figura do sertão e do sertanejo, e de Josué de Castro, ao retratar a *fome* no Brasil e com enfoque substancial na região nordeste, apresentam clara convergência. Neste aspecto, convém rememorar que a ótica euclidiana descreve o sertão personifica o lugar do esquecimento, no qual a brasilidade se forjou salvaguardada da degradação e do estrangeirismo do litoral. Mais que isso, a descrição das condições naturais faz uma clara e ofuscante alusão ao mundo social. Na perspectiva euclidiana, o sertanejo recebe especial destaque no que toca à sua capacidade de sobrevivência, sendo que tal adaptabilidade gera duas espécies de sertanejo: o aniquilado e o rebelde. Os primeiros sucumbiam diante da hostilidade das circunstâncias e que passagem a viver em um estado quase vegetativo, ao passo que os segundo labutavam com todas as formas de inospitalidades, superando todas as agruras, diariamente. Ora a resistência do sertanejo não era proveniente de quaisquer elementos, mas encontrava fundação em um cenário físico (clima, topografia, etc.) e social excessivamente violenta sobre todos os prismas. Assim, cuida conceder especial destaque à figura da *fome* que passa a ser uma companhia constante para o sertanejo.

Josué de Castro, ao abordar o tema, faz clara referência à fome como um elemento integrante da paisagem, sendo que ela não atua apenas sobre os corpos das vítimas da seca, consumindo sua carne, corroendo seus órgãos e abrindo feridas em sua

---

<sup>4</sup> Os alimentos devem ser seguros para o consumo humano e estar livres de substâncias nocivas, como as contaminações pelos processos industriais ou agrícolas, incluídos os resíduos dos praguicidas, os hormônios e as drogas veterinárias (tradução-nossa).

pele, mas também atua sobre seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta moral. Mais que isso, as características alimentação sertaneja, um tanto magra e despida de qualquer excesso de tempero, encontra harmonia, ofuscante, com os traços naturais da terra também esqualida dos sertões nordestinos. Na área do sertão, a fome se apresenta com características bem peculiares, apresentando-se episodicamente em surtos epidêmicos. As epidemias de fome, no sertão, não estão limitadas aos aspectos discretos e toleráveis das fomes parciais, das carências específicas. São epidemias de fome global, quantitativa e qualitativa, alcançando com incrível violência os limites extremos da desnutrição e da inanição aguda, alcançando indistintamente a todos: ricos e pobres, fazendeiros abastados e trabalhadores do eito. Mais que isso, há que reconhecer que a fome atua como elemento desagregador, incidindo tanto sobre a capacidade física como a mental dos flagelados.

A partir da confluência propiciada por Euclides da Cunha e Josué de Castro, é possível reconhecer o tratamento da fome, na condição de problemática social e que ganha especial substância nas situações retratadas no sertão nordestino, como bases importantes para o desenvolvimento, dentro do cenário nacional, em um discurso científico-jurídico, da concepção de direito humano à alimentação adequada, em especial quando se considera que esse não consiste simplesmente em um direito a uma ração mínima de calorias, proteínas e outros elementos nutritivos concretos, mas se trata de um direito inclusivo, porquanto deve conter todos os elementos nutritivos que uma pessoa reclama para viver uma vida saudável e ativa, tal como os meios para ter acesso. Trata-se, portanto, do reconhecimento do acesso à alimentação como direito inerente ao desenvolvimento humano, sem o qual é impossível a plena realização do indivíduo.

## REFERÊNCIAS

- BONETI, Lindomar Wessler. Ser ou Estar Pobre? A Construção Social da Noção de Desigualdade. *Revista Contexto e Educação*, ano 16, n. 62, p. 115-134, abr.-jun. 2001. Disponível em: <<https://revistas.unijui.edu.br>>. Acesso em: 1 out. 2015.
- CASTRO, Josué. *Fome: um tema proibido*. CASTRO, Ana Maria de (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- CASTRO, Josué. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- CONTI, Irio Luiz. *Segurança alimentar e nutricional: noções básicas*. Passo Fundo: IFIBE, 2009.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Nova Cultura, 2002.
- FACIOLI, Valentim. Os Sertões: consórcio de ciência e arte (a in/de-formação do Brasil). In: BERNUCCI, Leopoldo M. (Org.) *Discurso, ciência e controvérsia em Euclides da Cunha*. São Paulo: EdUSP, 2008.
- HIRAI, Wanda Griep. *Segurança alimentar: em tempos de (in) sustentabilidades produzidas*. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.
- MALUF, Renato Sérgio. Economia de rede: o papel da distribuição e a problemática da segurança alimentar. In: MALUF, Renato Sérgio; WILKINSON, John (Org.). *Reestruturação do sistema agroalimentar*. Rio de Janeiro: REDCAPA, 1999.
- NASCIMENTO, Renato Carvalheira. *O papel do CONSEA na construção da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. 215f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – UFRRJ, Rio de Janeiro, 2012.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *El derecho a la alimentación adecuada*. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/Documents/Publications/FactSheet34sp.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2015.
- POMPEU SOBRINHO, Thomaz. *A história das secas: século XX*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982.
- REZENDE, Maria José de. *A sociologia brasileira e a problematização da desigualdade e da violência: subsídios para professores e alunos do ensino médio*. Disponível em: <<http://www.uel.br/>>. Acesso em 23 mai. 2014.
- REZENDE, Maria José de. Mudança social e conciliação em Euclides da Cunha. *Acta Scientiarum*, v. 24, n. 1, p. 189-199, 2002. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/>>. Acesso em 01 out. 2015.
- REZENDE, Maria José de. Nacionalidade e identidade brutalizadas: Euclides da Cunha e a mudança social e política no Brasil. *Reflexión Política*, v. 10, n. 19, p. 74-86, jun. 2008. Disponível em: <[www.redalyc.org](http://www.redalyc.org)>. Acesso em: 1 out. 2015.
- SILVA, Tânia Elias Magno da. Josué de Castro e os estudos sobre a fome no Brasil. *Cronos*, Natal, v. 10, n. 1, p. 51-57, jan.-jul. 2009. Disponível em: <<http://ufrn.emnuvens.com.br>>. Acesso em: 1 out. 2015.
- SOUZA, Natália Peixoto Bravo de; GALVÃO, Gastão. O estigma de uma obra: a trajetória de Euclides da Cunha e suas reapropriações sob o ponto de vista do positivismo e do evolucionismo. *Revista da SBHC*, v. 5, n. 2, p. 173-184, jul.-dez. 2007. Disponível em: <<http://www.sbh.org.br/>>. Acesso em: 1 out. 2015.